



**EXMA. SRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE NILÓPOLIS – RJ.**

## **RELATÓRIO MENSAL DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**

**Massa Falida de Empresa Mauá S/A – Engenharia,  
Indústria e Consultoria**

**Processo: 0000023-05.1978.8.19.0036**

Julho de 2025



**PROBAT CONSULTORIA E PERÍCIA CONTÁBIL PORTO LTDA**, na pessoa do seu Sócio Diretor, Marcos Celso Pina Porto, nomeada pelo **MM. Juízo** para o encargo de Administradora Judicial no processo em epígrafe, Id. 888, vem apresentar o Relatório das Atividades (Art. 63, do Decreto-Lei nº 7.661 de 1945), referente ao período de abril a junho de 2025, em três títulos assim dispostos:

- I. Atividades da Administração Judicial;
- II. Quadro Geral de Credores; e
- III. Conclusões.

## **I. ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL:**

A Administradora Judicial apresentou parecer em processos incidentais, acerca das habilitações e impugnações de créditos, bem como sobre a desapropriação do imóvel da massa falida, quais sejam:

### **I.1. Habilitações e impugnações:**

1. **Processo nº 0000039-56.1978.8.19.0036, movido pelo credor Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A – BD-Rio**, em que procedemos ao cálculo do valor devido ao Habilitante, em rigorosa observância as cláusulas pactuadas e ao art. 25, 3º do DL 7.661/1945, os quais apuramos, na data da decretação da falência (17/03/1980), o montante de Cr\$ 2.910.463,83 (dois milhões, novecentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e três cruzeiros e oitenta e três centavos), que atualizado até fevereiro de 2024, data dos cálculos à fl. 138, totaliza R\$ 141.119,64 (cento e quarenta e um mil e cento e dezenove reais e sessenta e quatro centavos).
2. **Processo nº 0000037-86.1978.8.19.0036, movido pelo credor Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A**, em que informamos



que o crédito devido ao Requerente, ou seja, com a exclusão dos valores denominados **“Cont. em mora”, “Seguro”, “Cadastro” e multa de 10%**, totaliza na data falência a quantia de R\$ 26.163.773,67 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e três mil e setecentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e sete centavos), que atualizados até a presente data perfaz R\$ 1.336.632,63 (um milhão e trezentos e trinta e seis mil e seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos), conforme Art. 25, 3º do DL 7.661/1945<sup>(1)</sup>.

- 3. Processo nº 0000038-71.1978.8.19.0036, movido pelos credores Gregório Francisco dos Santos e Outros**, em que procedemos ao cálculo dos valores devidos aos Habilitantes, em rigorosa observância a Sentença do processo trabalhista e ao art. 25, 3º do DL 7.661/1945, os quais apuramos, na data da decretação da falência (17/03/1980), o montante de Cr\$ 773.016,00 (setecentos e setenta e três mil, seiscentos e dezesseis cruzeiros), que atualizado até a presente data, totaliza R\$ 39.476,53 (trinta e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos)

## **I.2. Desapropriação:**

- ✓ **Processo nº 0000014-91.1988.8.19.0036, movido por Prefeitura Municipal de Nilópolis**, em que a Administradora Judicial, informa que está ciente do Acórdão, Id. 411, que transitou em julgado, Id. 419, bem como se coloca à disposição de Vossa Excelência para elaboração de Laudo Pericial Contábil de Liquidação de Sentença, em consonância com o Art. 63, V, VI, XVII e XVIII do Decreto-Lei nº 7.661 de 1945.

<sup>1</sup> “Art. 25. A falência produz o vencimento antecipado de todas as dívidas do falido e do sócio solidário da sociedade falida, com o abatimento dos juros legais, se outra taxa não tiver sido estipulada.

1º As debêntures são admitidas na falência pelo valor do tipo de emissão.

2º Não têm vencimento antecipado as obrigações sujeitas a condição suspensiva, as quais, não obstante, entram na falência, sendo o pagamento diferido até que se verifique a condição.

**3º As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas, se as obrigações neles estipuladas se venceram em virtude da falência.”** (Grifo nosso)

## II. QUADRO GERAL DE CREDORES:

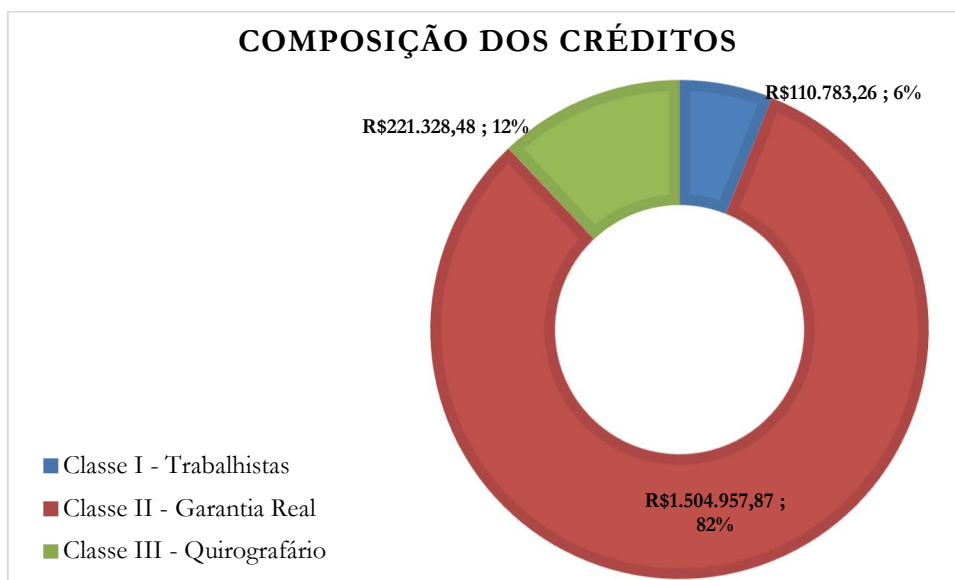
Em observância a determinação do MM. Juízo. Id. 888, a Administração Judicial apresenta o quadro geral de credores, atualizado até a presente data, em consonância com as premissas elencadas nos Artigos 25, 26, 96 e 102 do Decreto-Lei nº 7.661 de 1945.

Deste modo, apuramos que o valor total dos créditos apenas atualizados monetariamente, até a presente data, perfaz a quantia de R\$ 1.837.069,60 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta centavos), conforme Anexo I e quadro a seguir:

Classificação	Data de Apuração	Fls.	Nome	Valor Histórico	Valor atualizado do Crédito
I	25/01/1981	552/555	Angela Maria Tosca Madeira	1.311.731,00	R\$ 47.833,48
I	12/02/1981	562/564	Celestino Rocha da Silva	200.000,00	R\$ 6.945,84
I	26/01/1981	575/578	Joaquim de Souza Carvalho	117.516,00	R\$ 4.285,33
I	28/01/1981	556/558	João Matheus dos Santos	697.137,00	R\$ 25.421,74
I	25/01/1981	559/561	Jener Fidélis Ferreira	720.408,00	R\$ 26.270,34
I	30/01/1989	381	Manoel Bento Rodrigues	3.051,14	R\$ 13,32
I	30/01/1989	381	Evillásio Tavares	1.667,17	R\$ 7,28
I	30/01/1989	381	Cizino Tome da Silva	232,50	R\$ 1,01
I	30/01/1989	381	Edson Grosso	122,00	R\$ 0,53
I	30/01/1989	381	Raimundo Reis da Silva	300,40	R\$ 1,31
I	30/01/1989	381	Alyrio Nery da Silva	528,77	R\$ 2,31
I	30/01/1989	381	Manoel Alves da Luz	174,64	R\$ 0,76
<b>Total Classe I - créditos derivados da legislação trabalhista:</b>					<b>R\$ 110.783,26</b>
II	17/03/1980	234/241	BNDE-RJ	29.204.746,95	R\$ 1.491.987,29
II	25/07/1980	234/241	IAPAS - Agência Nilópolis	175.510,24	R\$ 8.966,32
II	21/11/1980	542/543	Fazenda Nacional - Proc. 801/80	5.079,00	R\$ 259,47
II	02/02/1980	544/545	Fazenda Nacional - Proc. 573/80	15.021,00	R\$ 767,38
II	02/02/1980	546/547	Fazenda Nacional - Proc. 574/80	27.313,00	R\$ 1.395,34
II	02/02/1980	548/549	Fazenda Nacional - Proc. 636/80	15.484,00	R\$ 791,03
II	02/02/1980	550/551	Fazenda Nacional - Proc. 572/80	15.484,00	R\$ 791,03
<b>Total Classe II - créditos gravados com direito real de garantia:</b>					<b>R\$ 1.504.957,87</b>
III	30/08/1977	234/241	USIBA	682.499,89	R\$ 856,54
III	31/12/1978	570	Flávio Torres Ribeiro de Castro	2.038.500,46	R\$ 1.763,52
III	28/02/1978	571/574	ACESITA	694.438,16	R\$ 786,14
III	31/10/1977	234/241	DIPEL Petróleo Ltda	166.307,64	R\$ 201,70
III	17/03/1980	234/241	BD-Rio	3.068.109,52	R\$ 156.740,97
III	06/04/1978	234/241	BANERJ	300.000,00	R\$ 323,58
III	17/03/1980	565/567	Banco do Brasil S/A	1.179.939,48	R\$ 60.279,75
III	02/06/1978	234/241	Banco do Estado de São Paulo	370.000,00	R\$ 376,29
<b>Total Classe III - créditos quirografários:</b>					<b>R\$ 221.328,48</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>R\$ 1.837.069,60</b>



O gráfico a seguir evidencia a composição dos créditos no Quadro Geral de Credores:



Ressalta-se que o Quadro Geral de Credores deverá ser atualizado ou eventualmente retificado após o encerramento dos processos incidentais de habilitações e impugnações de créditos.

### **III. CONCLUSÕES**

Pelo exposto, conclui-se que:

1. Consta consignado em conta judicial nº 0700109053033, em favor da Massa Falida, o valor de R\$ 167.017,20 (cento e sessenta e sete mil e dezessete reais e vinte centavos); e



2. Os créditos contidos no Quadro Geral de Credores, totalizam R\$ 1.837.069,60 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta centavos), conforme Anexo I.

Estas eram as informações que nos cabiam prestar no momento. Colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2025.



ADMINISTRADOR JUDICIAL

**PROBAT CONSULTORIA E PERÍCIA CONTÁBIL PORTO LTDA**

**MARCOS CELSO PINA PORTO**  
**CONTADOR CRC/RJ 101.556/O-2**